



Razón y Palabra

ISSN: 1605-4806

octavio.islas@uhemisferios.edu.ec

Universidad de los Hemisferios

Ecuador

Farias Almeida, Simão

O escândalo do petróleo e as energias limpas: jornalismo investigativo e ativismo ambiental em livro-reportagem americano.

Razón y Palabra, núm. 91, septiembre-noviembre, 2015

Universidad de los Hemisferios

Quito, Ecuador

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199541387010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O escândalo do petróleo e as energias limpas: jornalismo investigativo e ativismo ambiental em livro-reportagem americano.

Simão Farias Almeida (Brasil).¹

Resumo.

A tradição de jornalistas que usaram o formato livro para exercer um jornalismo investigativo e interpretativo engajado com denúncias contra a exploração de petróleo e suas consequências danosas ao meio ambiente foi construída a partir do início do século XX nos Estados Unidos. A escritora jornalista americana Antonia Juhasz e seu livro-reportagem **The Tyranny of oil** (2008) participam desta tradição ao atrelar o *lobby* dos carteis de petróleo e a isenção do Estado no controle da exploração do mineral e da depredação de ecossistemas naturais. Partindo de teóricos do jornalismo e da mídia ambiental (Richard Maxwell & Toby Miller, 2012; Bob Wyss, 2008; Sean Cubitt, 2005; Michael Frome, 1998), de teórico e de crítica do jornalismo investigativo (Hugo de Burgh, 2008; Cleofe Sequeira, 2005), demonstraremos como Juhasz vale-se do *advocacy journalism* e de técnicas investigativo-interpretativas de edição (evidências e implicações dos fatos, confronto de informações e análise documental) e do jornalismo ambiental em longo formato (narrativa de exposição interpretada) para denunciar as consequências ambientais e humanas do poder político-econômico das companhias petrolíferas infiltrado nas decisões dos poderes executivos e legislativos. Apontaremos as conclusões sugeridas pelo livro-reportagem da jornalista de que menos *lobby* na política significa mais preservação ambiental e controle de danos, e a cidadania ambiental depende da intervenção do Estado na regulação das ações dos carteis e na taxação de impostos devido a crimes ecológicos.

Palavras-chave.

Petróleo, jornalismo ambiental, jornalismo investigativo-interpretativo, lobby e destruição ambiental.

Abstract.

*The tradition employed by journalists who use the book format for investigative and interpretative reporting in order to expose issues regarding the exploration of oil and its harmful consequences to the environment was constructed from the early twentieth century in the US. The North American investigative journalist Antonia Juhasz and her book **The Tyranny of Oil** (2008) are part of this same tradition by tying the oil cartel lobby to the lack of state control over mineral exploration and the depredation of our natural ecosystems. By taking our starting point from journalistic and environmental media theory (Richard Maxwell & Toby Miller, 2012; Bob Wyss, 2008; Sean Cubitt, 2005; Michael Frome, 1998), as well as the theory and criticism of investigative journalism (Hugo de Burgh, 2008; Cleofe Sequeira, 2005), we will demonstrate the manner in which Juhasz*

employs advocacy journalism and investigative-interpretive editing techniques (evidence and implications of facts, comparison of information and document analysis) and environmental journalism in long format (interpretations of exhibition narratives) so as to expose the human and environmental consequences of the political-economic power wielded by the oil industry over decisions of the executive and legislative powers. We will present the conclusions suggested by this journalist whereby less lobbying in politics would signify greater environmental protection and damage control, and how environmental citizenship depends on state intervention in regulating the actions of cartels and imposing fines for ecological crimes.

Keywords.

Oil, environmental journalism, investigative-interpretative journalism, lobbying and environmental destruction.

A opinião pública brasileira e estrangeira movimentou debates acerca do petróleo desde sua exploração moderna em meados do século XIX, atribuindo ao tema valores como o nacionalismo, a independência econômica, o desenvolvimentismo e, mais precisamente a partir dos anos 1970, crise de escassez e destruição ambiental. A predisposição do mercado financeiro para um viés economicista, uma ideologia mercadológica globalizante, liberal e neoliberal sobre a importância do produto, fez com que a mídia inclusive boicotasse o atrelamento do petróleo a projetos de construção e consolidação da nação², priorizando as relações econômicas transnacionais e multilaterais entre países e companhias internacionais.

Em contrapartida, o pioneirismo da exploração do petróleo brasileiro na década de 1930 mobilizou uma série de ações do poder executivo e legislativo a fim de regularizar as pesquisas e nacionalizar a produção: o Conselho Nacional de Petróleo foi criado no final desta década, a constituição de 1934 e os Códigos de Minas e de Águas consideraram as riquezas naturais pertencentes à União, cuja concessão fica a cargo do Governo Federal (Almeida, s/data, p. 6). Intelectuais e jornalistas produziram panfletos em jornal e em livro para defender campanhas nacionalistas em torno do petróleo. No entanto, debates ambientais foram suplantados pelos meios de comunicação e a pauta ambiental minguou espaços nas coberturas jornalísticas.

O escritor jornalista brasileiro Monteiro Lobato publicou artigos de opinião posteriormente reunidos no livro **O escândalo do petróleo** (edição definitiva de 1936), cobrando do Estado Novo de Getúlio Vargas a exploração e descoberta do mineral em solo brasileiro, sem a interferência de *trusts* de companhias estrangeiras. Criou para a intervenção do Governo Federal nas pesquisas de empresas privadas nacionais a metáfora do *Polvo*, cujos “tentáculos” impediam as explorações e forjavam provas da inexistência do petróleo. Lobato poderia ter aberto espaço para questões ambientais em seu livro. Ele mesmo, em 1914, fez uma denúncia em artigo que saiu na seção Opinião do Leitor do jornal **O Estado de S. Paulo**, publicado anos depois com o título **Velha praga** em seu livro **Urupês** (1918),

contra a mania dos caboclos do Vale do Paraíba, região acometida pela pobreza no Estado paulista, em provocar queimadas para plantar num solo escasso de nutrientes. Lobato expressou assim certa preocupação com o meio ambiente, apesar também de seu interesse de classe ser tomado pela preocupação com o solo em torno da sua fazenda herdada do avô. Já **O escândalo do petróleo** se constitui de fato em libelo econômico ao narrar os próprios interesses do escritor jornalista na exploração do mineral.

Outras produções artísticas comprovam o apego dele à natureza. O escritor demonstrou ter lido a obra **Walden** (1854) do americano Henry Thoreau, pioneira no viés da defesa da natureza através de descrições bucólicas de espaços naturais. Em **América** (1932), um dos personagens de Monteiro Lobato comenta após referência ao livro de Thoreau: “Temos necessidade de horizontes limpos, descampados, vazios –superfícies lisas de repouso. Sinto-o comigo muito bem” (Lobato, 1950, p. 261). O discurso expressa sensação idílica em relação à natureza como lugar de morada que precisa ser conservada. Lobato também pintava quadros com paisagens idílicas e bucólicas da região rural do Vale do Paraíba (Lajolo, 2000, p. 40). Esses fatos atestam a empatia do escritor jornalista e artista plástico pelos ecossistemas naturais, embora o viés modernizante e industrialista presente em grande parcela de sua opinião jornalística publicada em jornais e livros, o que comprova sua personalidade pública contraditória.

Mais de meio século antes de Monteiro Lobato iniciar sua carreira de participação nos jornais como comentarista e articulista, o jornalismo já flertava com questões relativas a espaços naturais na América do Norte. O debate ambiental, cujo preâmbulo é o editorial de William Cullen Bryant no **New York Evening Post**, em 1844, no qual defende a criação de mais parques verdes nesta cidade americana sede do jornal (Wyss, 2008, p. 23), foi movimentado com maior frequência por jornalistas nos Estados Unidos a partir dos anos 1890-1910. Antonia Juhasz aponta em seu livro-reportagem **The tyranny of oil** (2008) que jornalistas conhecidos como *muckrakers*³ denunciavam, na passagem do século XIX para o século XX, crimes políticos e econômicos cometidos em comum acordo entre carteis de

petróleo e políticos. Os *muckrakers*, como Ida Tarbell, investigavam o *lobby* no Congresso Americano associando jornalismo ambiental, investigativo e *advocacy journalism*, fundando uma tradição que seria retomada por autores nos anos 1960.

O debate público arregimentado pelos *muckrakers* sinalizou o poder de influência dos *trusts*, “a combination of corporations where a board of trustees holds the stock of each individual company and manages the business of all”⁴ (Juhasz, 2008, p. 20). Ao mesmo tempo, a palavra *trust* surgiu como “synonymous with any large corporation. The trusts gobbled up their smaller competitors and forced out of business those that they could not buy”⁵ (Juhasz, 2008, p.20).

As companhias de petróleo reunidas em carteis usavam seu poder econômico a influenciar as decisões políticas dos poderes legislativos e do Estado. Elas apelavam por um projeto economicista de Nação baseado no liberalismo e, atualmente, no neoliberalismo. Nosso propósito neste artigo é analisar como Antonia Juhasz apresenta em seu livro-reportagem o conflito entre o viés mercantilista das companhias petrolíferas e a emergência do uso de energias limpas no século XXI, valendo-se para isso de técnicas de edição do jornalismo investigativo e do *advocacy journalism*.

O jornalismo investigativo preza pela profundidade na cobertura dos fatos e pelo poder de advogar por processos éticos e transparentes em diferentes campos e instituições sociais, práticas comuns ao *advocacy journalism*, como veremos adiante. Cleofe Sequeira aponta que pesquisadores da área de jornalismo investigativo alertam para etapas do processo de investigação, entre elas o cruzamento de informações (Nilson Lage *apud* Sequeira, 2005, p. 25) e a análise de documentos (Paul Williams *apud* Sequeira, 2005, p. 146-149), técnicas as quais consideramos que ficam evidentes na edição dos textos jornalísticos. A crítica sinaliza que a produção jornalística em livro-reportagem utiliza suas práticas e rotinas. Para Hugo de Burgh (2008, p. 333), o jornalista investigativo deve fornecer evidências e implicações dos fatos, discutindo conclusões a partir dessas evidências (Burgh, 2008, p. 338), técnicas também expressas na edição jornalística.

Essas práticas de edição também são comuns no jornalismo interpretativo. Segundo o teórico brasileiro Luiz Beltrão (1976, p. 54), esta categoria jornalística pauta-se na relação entre fatos e a explicação deles, e tanto o jornalismo interpretativo quanto o investigativo priorizam o registro e análise de documentação (Beltrão, 1976, p. 76-83). Isso corrobora para atestar que as fronteiras entre as categorias jornalísticas informativa, opinativa, interpretativa e investigativa não são tão rígidas. Cada texto jornalístico usa ora uma e outra dessas categorias ou todas elas. Não é nosso propósito neste artigo avaliar a convergência destas categorias no livro-reportagem de Antonia Juhasz, mas tão somente a associação entre as técnicas de edição provenientes da investigação jornalística e o *advocacy journalism*.

Como optamos pelo método de análise de narrativa e não pela pesquisa etnográfica ou estudo de caso, faremos análise do jornalismo investigativo de Antonia Juhasz em seu produto final, o livro-reportagem **The tyranny of oil**, e não do processo investigativo utilizado pela escritora jornalista, apesar de podermos tirar conclusões acerca de sua pesquisa jornalística, uma das etapas deste processo, através da edição do livro. Entendemos ainda que todo jornalismo é investigativo em suas práticas, rotinas e processos. Há graus de jornalismo investigativo, sendo o gênero reportagem e o longo formato da grande reportagem mais investigativos do que a notícia, e uma reportagem ser mais investigativa que outra. Dentre toda pesquisa jornalística exposta nas páginas do livro de Juhasz, selecionaremos alguns trechos pertinentes ao debate do confronto entre o poder economicista em torno do petróleo e o ativismo das energias limpas.

O ativismo é próprio da tradição do *advocacy journalism* norte-americano, cujos pilares são “basic principles of literacy, accuracy, fairness, and meeting the deadline”⁶ (Frome, 1998, p. IX). Neste sentido, este tipo de jornalismo engajado cumpre os regimes rotineiros da edição jornalística dos jornais periódicos. No entanto, Michael Frome também remete à parcialidade de advogar por uma causa quando trata dele, o que contraria o ideal de

objetividade e imparcialidade jornalísticas tão pregado por teóricos e críticos. Mas também críticos brasileiros como Patricia Nascimento (2009, p. 103-104) e Wilson Gomes (2009, p. 37) apontam a presença de subjetividade e ideologias no texto jornalístico. O *advocacy journalism* não inaugura estes caracteres subjetivo e ideológico no jornalismo moderno, presentes desde a primeira reportagem moderna **The true and genuine account of the life and actions of the late Jonathan Wild** (1725), de Daniel Defoe, resultante de entrevista com um criminoso foragido da justiça (conferir reportagem de Defoe em Kerrane & Yagoda, 1998), mas associa a eles o princípio de engajamento em uma causa.

Para o teórico do *environmental advocacy journalism*, Michael Frome, o jornalismo ambiental é *advocacy journalism* e jornalismo investigativo, porque “all reporting is investigative in nature”⁷ (Frome, 1998, p. 110). Após as bases lançadas por William Bryant em 1844, as tradições do jornalismo ambiental e do *advocacy journalism* se encontram nos anos 1960, quando retomam as influências dos *muckrakers* dos anos 1890-1910 e a produção dos escritores ambientalistas contemporâneos e suas denúncias da destruição de florestas e animais. Frome (1998, p. 45) situa historicamente o *environmental advocacy journalism* nos Estados Unidos a partir dos anos 1960, quando a bióloga Rachel Carson publicou seu livro **Silent Spring** (1962) no qual denunciou os efeitos do uso de elementos químicos em composições de produtos com aerosol danosos à natureza e aos animais. É seguindo estas tradições que aparece o nome de Antonia Juhasz no século XXI, num contexto de escassez do mineral, de corrupção nas companhias e do apelo de discursos ambientalistas contra a destruição de ecossistemas naturais.

Antonia Juhasz produziu em **The tyranny of oil** (2008) um longo trabalho de investigação jornalística para criticar as causas e consequências da poluição provocada pela indústria petrolífera, como veremos a seguir, associando estas duas frentes engajadas do jornalismo: ambiental e *advocacy*.

Segundo Bob Wyss (2008, p.52), teórico do jornalismo ambiental, a cobertura jornalística da área deve apontar as repercussões quantitativas e qualitativas dos fatos. Antonia Juhasz

trabalha ativamente para demonstrar as consequências financeiras e ecológicas da destruição humana e ambiental produzida pela exploração do petróleo, valendo-se para isso da técnica de edição *expository writing*. Wyss (2008, p. 169-170) referencia as características desta técnica utilizada no jornalismo de grandes formatos narrativos, caso do livro-reportagem:

is non-fiction prose that sets forth facts, ideas and arguments (Grow, 1999) [...]. The information in an exposition story is often written in sections, but they are not necessarily linear or chronological [...]. Whole sections can be devoted to sub-points of the main thesis. Characters and subjects can be introduced, described and their findings or actions explored before the writer moves on to another sub-point.⁸

O processo de edição seguido pela técnica atesta um trabalho fruto de investigação jornalística associado à exposição interpretada de fatos e ideias, provas de que práticas do jornalismo investigativo e do interpretativo são reunidas a fim de imprimir qualidade e profundidade na cobertura.

Juhasz divide os capítulos de seu livro-reportagem em tópicos e assim expõe de forma didática suas denúncias a respeito da indústria petrolífera em geral, e particularmente, das companhias e dos poderes executivos nos países em que atuam. Os tópicos temáticos sempre são retomados em capítulos posteriores com a finalidade de demonstrar que a problemática se alarga por décadas, de reforçar as denúncias e provocar o leitor a estar sempre alerta aos fatos.⁹ A escritora jornalista cumpre também por meio desta técnica de edição a defesa de sua tese jornalística em favor do meio ambiente, após expor uma série de argumentos das companhias de petróleo e de grupos ativistas, confrontados respectivamente nas suas bases de falso marketing e de lutas públicas para garantir a ética do jornalismo ambiental.

Por outro lado, Juhasz contraria a característica da técnica *expository writing* de dividir a tese jornalística em subtópicos delimitados em seções do texto. Os tópicos temáticos de atrelamento entre Estado e companhias petrolíferas, do marketing verde forjado por estas e

da destruição ambiental são sempre reforçados em diferentes partes do livro-reportagem, o que indica a preocupação “obsessiva” da escritora jornalista em demonstrar a persistência das causas e efeitos do poder dos *trusts*, e até de esgotar sua denúncia jornalística. Os subtópicos remetem às experiências de cada companhia petrolífera em contribuir para os problemas ambientais e humanos enumerados, suas ações são descritas em vários capítulos da narrativa.

Antonia Juhasz também aproveita a longa extensão do formato livro-reportagem para aprofundar as denúncias investigadas. Segundo o teórico brasileiro Edvaldo Pereira Lima (2004, p.84; p. 128-130), o livro-reportagem diferencia-se do jornalismo periódico ao pesquisar não somente fontes legitimadas mas também vozes variadas, e larga documentação para sustentar a fundamentação aprofundada de fatos e temas. Seguiremos estas trilhas, os princípios do jornalismo ambiental e do *advocacy journalism* para analisar a denúncia ambiental em **The tyranny of oil**.

A escritora jornalista adota o regime da investigação jornalística ao confrontar discursos, fatos e dados, e ao apresentar fontes oficiais, não oficiais e vasta documentação que atesta suas denúncias: relatórios de companhias petrolíferas, revistas de finanças, jornais de economia, relatórios de campanhas e plataformas dos partidos políticos, regulamentos governamentais, livros como da jornalista *muckraker* Ida Tarbell e de seu bibliógrafo Daniel Yergin, relatórios de comissões legislativas federais, sentenças da Suprema Corte dos Estados Unidos, peças publicitárias, sites das companhias petrolíferas, entrevistas com especialistas (economistas, médicos), representantes das companhias e de movimentos anti-*trust*. Em muitas passagens, a autora confronta estes documentos a fim de comprometer o marketing forjado das companhias de petróleo em favor de energias limpas, e dos políticos em se desvincular do *lobby* dos cartéis.

Mesmo com a variedade de fontes oficiais e não oficiais, Juhasz pouco reproduz entrevistas com vítimas das consequências da exploração petrolífera e de seus danos ambientais. Seus depoimentos limitam-se a poucas páginas, por exemplo, em:

Ten thousand residents were told to remain inside for several hours, while those in the closest neighborhoods were evacuated. “A column of thick, acrid, foul-smelling smoke rose high in the air, cloaked the refinery and then began to drift slowly to the southeast”, according to one report. “The cloud killed trees and took the fur off squirrels”, reported a resident. Hundreds of people flooded local hospitals complaining of breathing difficulties and vomiting. “Will Taylor, a man in his 40s, described how instant waves of nausea brought him and his co-workers to their knees, retching and gasping for breath. ‘My eyes burned. My nose ran. With each breath I got sick to my stomach’. A strong chemical tasted stayed in his mouth and he felt poorly for days”. “I lost my voice for six weeks”, reported another resident. “And I threw up a lot. Everybody did” (Juhasz, 2008, p. 193).¹⁰

O trecho trata das consequências ambientais e físicas provocadas pela explosão de uma refinaria de petróleo em 1999, sob o ponto de vista de vítimas e testemunhas.

A justificativa mais imediata para esse escasso tratamento jornalístico seria a prioridade por entrevistados que representem as duas frentes cujas ideologias são polemizadas no livro: companhias e anti-trusts. A autora parece querer confrontar as fontes políticas (governamentais, legislativas) e econômicas com seus opositores diretos os quais se constituem também em fontes oficiais já que representam comitês e organizações que lutam contra as ações dos carteis. No entanto, a ampliação de entrevistas com fontes não oficiais, no caso as vítimas das tragédias ambientais, legitimaria ainda mais a pluralidade de vozes e reforçaria o argumento da similaridade entre violência contra ecossistemas naturais e minorias sociais.

Antonia Juhasz (2008, p. 75) registra em seu livro a formação de um cartel que funcionou de 1918 a 1970 com o intuito de forjar competitividade entre as corporações participantes e de desestabilizar economias e governos em favor de seus interesses de expansão da exploração e venda do petróleo. O cartel era conhecido como *The Seven Sisters* e era

formado pela *Standard Oil* de Nova Jersey, de Nova York, da Califórnia, pela *Texaco*, *Gulf*, *British Petroleum* e pela *Royal Dutch Shell*, portanto, por companhias de diferentes países.

A incidência economicista da convergência das megacorporações de petróleo alargou-se no tempo. Os subsídios oferecidos pelo Banco Mundial a partir dos anos 1990 dão a dimensão do poder político dos *trusts* em se infiltrar nas decisões dos Estados nacionais. Cinco bilhões de dólares de subsídios foram concedidos à indústria petrolífera, enquanto apenas 5% deste valor foi dirigido às pesquisas com energias renováveis (Juhasz, 2008, p. 392).

A escritora jornalista (Juhasz, 2008, p. 84) sugere o quanto esta interferência é danosa para os poderes executivos, ao apontar a reação do Departamento de Estado Americano, nos anos 1950, em preservar a imagem do bom capitalismo com a intenção de os comunistas não associarem o poder de exploração predatória dos *trusts* ao modo de produção econômica capitalista tão propagado e legitimado pelos Estados Unidos. Esse marketing estatal estava no contexto do confronto entre capitalistas e comunistas que motivou a Guerra Fria.

Meio século depois, no segundo mandato do Governo George W. Bush, diante de mais uma crise provocada no “olho do furacão” do sistema financeiro capitalista, incitada pelas dívidas não pagas aos bancos por americanos que fizeram empréstimos para adquirir imóveis diante das facilidades oferecidas pelo mercado imobiliário, os debates públicos engajados com causas sociais e humanitárias apontavam que os riscos deste sistema econômico eram provocados na verdade pelo desgoverno em relação aos direitos civis individuais e coletivos, subjugados em favor dos interesses financeiros.

A campanha anti-trust, na iminência das eleições que elegeriam o primeiro presidente negro norte-americano, teve o engajamento de grupos que advogavam pelos direitos dos trabalhadores, consumidores e em favor do meio ambiente (Juhasz, 2008, p. 386). O

próprio Barack Obama declarou durante a campanha à Presidência da República que renunciar ao capital dos lobistas era um importante desenvolvimento para a Nação, mas a campanha de Obama recebeu 200 milhões de dólares a mais de capital do *lobby* econômico do que a de seu adversário republicano John McCain. Já sua opositora na campanha de pré-candidatura do Partido Democrata, Hillary Clinton, foi a candidata que mais recebeu dinheiro de lobistas em todas as eleições presidenciais: 850 milhões de dólares (Juhasz, 2008, p. 386-387). A batalha pelo financiamento público de campanha era a prova de que, diferente da predisposição engajada de Barack Obama, não seria fácil desvincular-se deste capital o qual, além de econômico, há décadas era também político porque se infiltrava nas decisões de Estado e até eleitorais.

O jornalismo investigativo adotado por Antonia Juhasz deixa evidente nesta denúncia, quando ela confronta discursos oficiais com os fatos políticos e eleitorais que, muitas vezes, não se tornam públicos, um projeto de nação arregimentado pelos poderes executivos geralmente tem um caráter exclusivamente economicista. Os dados financeiros e estatísticos ajudam a ilustrar a crítica do disparate entre o anseio da separação entre Estado político e *lobby* econômico, e a real interdependência entre eles afetando direitos humanos, trabalhistas e ambientais.

No entanto, a problemática da influência dos *trusts* não era só prioridade dos Estados Unidos. A fragilidade provocada pelas companhias petrolíferas através da exploração de campos de petróleo, onde aconteciam explosões e derramamentos de óleo, seguidos de poluição e destruição climática, acometeu países de vários continentes. Ao desastre ambiental, seguiam a corrupção política pela compra das decisões executivas e legislativas, e a corrupção econômica dos carteis que cobravam o aumento da gasolina (Juhasz, 2008, p. 1-2). Toda essa série de prejuízos em diferentes campos sociais comprovava que só a regulamentação jurídica, política e tributária poderia frear o poder deliberativo dos *trusts* em provocar crises na democracia e no meio ambiente.

A problemática dos carteis de petróleo era ampla em suas naturezas econômica, política, social e ambiental. Antonia Juhasz (2008, p. 206-207) mostra em seu livro que a taxaço de impostos por prejuízos civis e ecológicos, e o estímulo a meios de transporte alternativos aos automóveis movidos a petróleo e seus derivados em alguns países, reduzem o alargamento desse poder e, assim, preservam a natureza e as comunidades próximas aos campos de pesquisa e às refinarias.

O economicismo e a ausência do Estado em debates e ações que limitam o poder dos carteis são fatores preponderantes para que os pobres e a natureza sejam vítimas diretas dos prejuízos causados pela exploração, venda e circulação de capital do mineral. A saída encontrada pelos *trusts* diante da pressão popular, da sociedade civil organizada e de parcela do poder executivo é criar um marketing em torno da imagem das empresas com o intuito de gerar um conflito público em relação às críticas as suas ações exploratórias e depredatórias. As companhias transmitem a ideia forjada de que investem capital em pesquisas de energias renováveis, no entanto, entre 2006 a 2007, uma grande companhia, por exemplo, gastou apenas 4% em energias alternativas (Juhasz, 2008, p. 273). A estatística mais uma vez colabora para demonstrar contradições entre discursos e ações das companhias de petróleo.

A indústria petrolífera vale-se de uma saturação midiática (Juhasz, 2008, p. 11) para tentar convencer o público que protege os direitos civis de seus trabalhadores e das comunidades circunvizinhas, e busca energias limpas para proteger o meio ambiente. Trata-se de campanhas sistemáticas e regulares nas mídias de largo alcance nas quais forja o capital social e ambiental das companhias.

A natureza aparece no livro de Antonia Juhasz como a mais depredada, ao lado dos pobres e trabalhadores, da cadeia exploratória dos *trusts*. Os prejuízos compartilhados entre eles com a exploração petrolífera incluem a redução do uso da água por parte da população, visto que as companhias gastam enormes montantes de energia e água para processar

matéria bruta, como o betume, e produzir petróleo e seus derivados (Juhasz, 2008, p. 293). A matéria-prima produzida pelo betume e o que é rejeitado dele poluíram 20 milhões quadrados dos oceanos, segundo relatório de ONGs ambientais (Juhasz, 2008, p. 294). Além disso, a poluição provocada no processamento do mineral causa doenças como leucemia, lupus, asma, enfisema pulmonar (Juhasz, 2008, p. 302). A interferência do Estado nas práticas de exploração e produção de petróleo é, portanto, uma questão também de saúde pública.

As evidências das implicações dos fatos, próprias do jornalismo investigativo e interpretativo, apontam a relação entre fatos econômicos, políticos de ausência do Estado na regulamentação e taxação das ações produtivas das petrolíferas, ambientais e de saúde pública. É a prova da complexidade factual envolvida no tratamento jornalístico da economia do petróleo, alargado e aprofundado por Juhasz nas páginas de seu livro-reportagem.

As explorações petrolíferas incluem também explosões que afetam a vida marinha. Diretor de organização não governamental em depoimento ao Comitê do Senado Americano em energia e recursos naturais demonstrou a morte de animais marinhos no Taiti devido ao uso de técnicas sísmicas (Juhasz, 2008, p. 312). Explosões de plataformas provocadas por furacões formados nos oceanos além de matar a vida marinha, assassinam os trabalhadores das companhias (Juhasz, 2008, p. 314-315). Os furacões *Katrina* e *Rita* que atingiram Nova Orleans, nos Estados Unidos, destruíram mais de 160 plataformas despejando 7 milhões de galões de petróleo e outros poluentes no mar (Juhasz, 2008, p. 316). A soma dos riscos ambientais entre a exploração de petróleo e os furacões trouxe prejuízos inestimáveis à vida marinha e à população da região afetada. Mais um fato que comprova quem são os maiores prejudicados com a influência dos carteis e *trusts*: a natureza e os pobres.

A cidadania ambiental em favor dos ecossistemas naturais e dos animais é também um apelo pelos direitos de grupos sociais minoritários. Em Nova Orleans, por exemplo, a

comunidade negra foi a mais atingida pelo furacão *Katrina*, em 2005, tendo em vista que não tinha condições de deixar a cidade, conforme solicitado pelas autoridades públicas que não ofereceram as devidas condições de transporte e abrigo apropriadas. Os negros, neste caso, foram vítimas políticas, econômicas e ambientais.¹¹

Teóricos da ecomídia têm demonstrado fatores envolvidos nas questões ambientais e o papel dos meios de comunicação diante dos espaços habitados pelos homens e suas experiências com a natureza. Sean Cubitt (2005, p. 138) afirma que problemas ambientais, políticos e econômicos convergem entre si, demonstrando a complexidade da cobertura de catástrofes naturais, de suas consequências ecológicas e humanas. Segundo Richard Maxwell e Toby Miller (2012, p. 138), a opressão contra minorias sociais e a violência contra a natureza muitas vezes coincidem. Assim, lutar por cidadania ambiental é lutar por populações de excluídos e pelos ecossistemas. Daí que a sociedade civil organizada nos Estados Unidos luta pela separação entre a indústria petrolífera e o Estado (Juhasz, 2008, p. 370), entendendo que menos poder político aos lobistas é menos prejuízo ambiental. Apesar dos movimentos civis não poder forçar a criação de leis, eles podem apelar ao poder executivo para movimentar o debate com fins jurídicos (Juhasz, 2008, p. 389). A escritora jornalista, deste modo, sinaliza que a solução para os problemas provocados pelos carteis do petróleo está nas pressões dos movimentos sociais organizados e no aumento da taxa de impostos sobre as ações exploratórias e depredatórias dos carteis.

As mídias ambientais também têm papel importante em cobrar transparência (Juhasz, 2008, p. 389) e denunciar o marketing forjado pelos carteis ao esconder os riscos físicos e ambientais à sociedade, em camuflar casos de corrupção em decorrência do *lobby* junto a congressistas e legisladores. Neste contexto da mídia ecologicamente responsável, o jornalismo investigativo em largos formatos, como a série jornalística e o livro-reportagem, pode contribuir para denunciar crimes cujas frentes políticas, econômicas, sociais e ambientais convergem entre si.

O debate acerca da separação entre Estado e carteis petrolíferos a ser mobilizado por uma mídia ambiental deve contribuir no século XXI para a missão de advogar pela garantia da cidadania plural e para todos. No início do seu livro-reportagem, Juhasz (2008, p. 10) denuncia que o governo de George W. Bush foi o que mais atendeu às pressões do *lobby* dos cartéis de petróleo, incluindo a oferta de subsídios e as ações militaristas e armamentistas no Iraque, a partir das quais seu governo injetou bilhões de dólares na produção de petróleo. Todavia, as companhias petrolíferas usaram o marketing para forjar que faziam pesquisas em energias limpas. A *Exxon Mobil* em seu relatório anual de 2006 afirmou que

The world is endowed with huge oil resources, which are adequate to meet rising demand through 2030. However access to these resources... [is] essential to development supplies... New technology will promote economic development of frontier resources, such as heavy oil and shale oil, to help ensure adequate supplies well past 2030”¹² (Juhasz, 2008, p. 290).

O trecho acima atesta uma preocupação muito mais com a escassez de petróleo do que com a produção de fontes energéticas não poluentes.

As companhias estimulam os consumidores a reduzir a emissão de gás carbônico via meios de transporte menos poluentes, mas não praticam o uso de pesquisa de energias limpas em larga escala. A companhia *ConocoPhillips*, por exemplo, gastou, entre 2004 e 2006, um total de 163 milhões de dólares em marketing verde, apregoando uso de pesquisas sustentáveis:

[...] power generation; carbon-to-liquids; technology solutions, such as sulfur removal technologies, and alternative energy and programs, such as advanced hydrocarbon process, energy conversion technologies, new petroleum-based products, and renewable fuels¹³ (Juhasz, 2008, p. 288).

Entretanto, a companhia fez pesquisas no Ártico com gás metano, o que é uma prática destrutiva para o meio ambiente.

Antonia Juhasz (2008, p. 281) aponta os gastos de 100 bilhões de dólares, pelo conjunto das companhias, em falso marketing verde, mas apenas dezenas de bilhões de dólares em pesquisas para substituição do petróleo por energias alternativas. Os custos ambientais são maiores já que essas companhias gastam mais em combustíveis poluentes. Porém, o *web site* da companhia *ConocoPhillips*, por exemplo, exhibe conteúdos sobre desenvolvimento sustentável e novas fontes energéticas não poluentes (Juhasz, 2008, p. 277) como se os praticasse.

Algumas fontes energéticas não são limpas, como o gás natural liquefeito, mas as companhias petrolíferas gastam até 688 milhões de dólares nestas fontes forjando através do marketing que elas são limpas (Juhasz, 2008, p. 283). As companhias tentam demonstrar que são parte da solução dos problemas de poluição e devastação ambientais (Juhasz, 2008, p. 278). Ao contrário disto, a produção de fontes energéticas sustentáveis ainda não é a realidade das companhias. Daí o papel do jornalismo investigativo e engajado em provocar o interesse delas nestas fontes.

Michael Frome (2001, p. 73-74) defende que o jornalista ambiental não deve ser um mero observador dos problemas ambientais, mas um “advogado” e participante das questões humanas e da vida no planeta, contrariando assim, a imparcialidade jornalística. É com esta base que o *advocacy journalism* trabalha em causas como as voltadas para os seres vivos e seus espaços habitados. Antonia Juhasz segue esta tradição sem dispensar técnicas de pesquisa e edição do jornalismo investigativo e da exposição argumentativa e interpretada as quais convergem críticas de fatos, dados e discursos necessárias a sua tese jornalística. Apesar de pouco usar depoimentos de vítimas da degradação ambiental provocada pela exploração petrolífera, seu livro-reportagem **The tyranny of oil** legitima a conciliação entre projeto jornalístico em longo formato e projeto de nação acima de tudo

ecologicamente responsável, e, deste modo, serve como modelo para os atuais e futuros jornalistas ambientais interessados em desenvolvimento sustentável.

R
y
P

Referências.

A campanha do petróleo e a mobilização popular em favor da Petrobrás. *Carta Maior*. Acesso em 20 de abril de 2015, de <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Campanha-do-Petroleo-e-a-Mobilizacao-Popular-em-favor-da-Petrobras/4/32839>.

Almeida, P. R. de. *Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil*. Acesso em 20 de abril de 2015, de <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1925MonteiroLobatoPetroleoBr.pdf>.

Beltrão, L. *Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica*. (1976). Porto Alegre: Sulina.
Burgh, H. de. *Jornalismo investigativo: contexto e prática*. (2008). São Paulo: Roca.

Carson, R. *Silent Spring*. (2002). Boston; New York: A Mariner Book Houghton Mifflin Company.

Cubitt, S. *Ecomedia*. (2005). Amsterdam; New York: Rodopi.

Dyson, M. E. *Come hell or high water: hurricane Katrina and the color of disaster*. (2005) New York: Basic Civitas Book.

Frome, M. *Green Ink: an introduction to environmental journalism*. (1998). Salt Lake City: University of Utah Press.

Gomes, W. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. (2009). Florianópolis: Insular.

Juhasz, A. *The tyranny of oil*. (2008). New York: Harpercollins.

Kerrane, K. & Yagoda, B. (Orgs.). *The art of fact: a historical anthology of literary journalism*. (1998). New York: Touchstone book.

Lajolo, M. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. (2000) São Paulo: Moderna.

Lima, E. P. *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. (2004). Barueri, SP: Manole.

Lobato, Monteiro. *Urupês*. (1994). São Paulo: Ed. Brasiliense.

Lobato, M. *O escândalo do petróleo e Ferro*. (1969). 11ª Ed. São Paulo: Brasiliense.

Lobato, M. *América*. (1950) São Paulo: Ed. Brasiliense Ltda. (Coleção Literatura Geral, Vol.9).

Maxwell, R. & Miller, T. *Greening the media*. (2012). New York: Oxford University Press.

Nascimento, P. C. do. *Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia*. (2009). São Paulo: Saraiva.

Sequeira, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. (2005). São Paulo: Summus.

Thoreau, H. D. *Walden*. (2012). Porto Alegre: L&PM.

Wyss, B. *Covering the environment: how journalists work the green beat*. (2008). New York; London: Routledge.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima (Brasil). Contato: simon-jp@hotmail.com.br. Líder do grupo de pesquisa **Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente: olhares da Amazônia** (CNPq/UFRR/Brasil) e autor do livro **Jornalismo ambiental em formato livro: alegorias e subjetividades** (2014).

²<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Campanha-do-Petroleo-e-a-Mobilizacao-Popular-em-favor-da-Petrobras/4/32839>

³ Juhasz (2008, p.20) cita Ida Tarbell e sua denúncia do monopólio do petróleo. Michael Frome (1998, p.39) enumera outros jornalistas *muckrakers*: Ray Stannard Baker, Opton Sinclair e Lincoln Steffens.

⁴ uma combinação de empresas, na qual um conselho administrativo mantém em estoque os lucros de cada empresa e administra o negócio de todas elas (tradução livre).

⁵ sinônimo de qualquer grande corporação. Os trusts devoram seus concorrentes menores e força aqueles sem condições de competir a sair do negócio (tradução livre).

⁶ princípios básicos de boa instrução escrita, precisão, justiça e cumprimento de limites de prazo (tradução livre).

⁷ toda reportagem é investigativa por natureza (tradução livre).

⁸ é prosa de não-ficção que apresenta fatos, idéias e argumentos (Grow, 1999) (...). As informações em uma narrativa de exposição são muitas vezes escritas em seções, mas elas não são necessariamente lineares ou cronológicas (...). Seções inteiras podem ser dedicadas a subtópicos da tese principal. Personagens e temas podem ser introduzidos, descritos e as suas conclusões ou ações exploradas antes do escritor passar para outra sub-ponto (tradução livre).

⁹ Este aspecto fica evidente na análise deste artigo quando tratamos de temas similares expostos pela autora em páginas do livro distantes entre si.

¹⁰ Dez mil moradores foram orientados a permanecer trancados por várias horas, enquanto aqueles nos bairros mais próximos foram evacuados. "Uma coluna densa, acre e fétida de fumaça subiu alto no ar, cobrindo a refinaria e então começou a baixar lentamente para o sudeste", de acordo com uma testemunha. "A coluna de fumaça matou árvores e descolou a pele de esquilos", relatou um residente. Centenas de pessoas invadiram os hospitais locais se queixando de dificuldades respiratórias e vômito. "Will Taylor, um homem de uns 40 anos, descreveu como ondas de náuseas instantâneas fizeram ele e seus colegas de trabalho ficar de joelhos, tontos e ofegantes. 'Meus olhos ardiam. Meu nariz escorria. A cada respiração, atacava mais o meu estômago'. Um sabor forte ficou em sua boca e ele se sentiu mal por dias". "Eu perdi a minha voz durante seis semanas", informou outro morador. "E eu vomitei muito. Todo mundo também" (tradução livre).

¹¹ Sobre isto ler o livro **Come hell or high water: hurricane Katrina and the color of disaster** (2005) de Michael Eric Dyson.

¹² O mundo está dotado de enormes recursos de petróleo, que são suficientes para atender à crescente demanda até 2030. No entanto, o acesso a esses recursos ... [é] essencial para suprimentos de desenvolvimento... A nova tecnologia vai promover o desenvolvimento econômico de recursos de ponta, tais como pesado óleo de xisto para ajudar a garantir um abastecimento adequado antes de 2030 (tradução livre).

¹³ geração de energia; carbono líquido; soluções tecnológicas, como as tecnologias de remoção de enxofre, de programas de energia alternativa, o processo avançado de hidrocarbonetos, tecnologias de conversão de energia, novos produtos à base de petróleo e combustíveis renováveis (tradução livre).